



DIA MUNDIAL DO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

SESSÃO PÚBLICA COMEMORATIVA

APRESENTAÇÃO DOS LAUREADOS COM O “DRYLAND CHAMPIONS” PROGRAMA EM PORTUGAL – 2013

Lisboa, 17 de junho de 2013





Don't let our future dry up
World Day to Combat Desertification 2013

DIA MUNDIAL DO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

sessão pública comemorativa

17 junho 2013 | 11:00

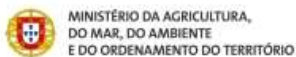
Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente
e do Ordenamento do Território | Salão do Marquês

CONVITE

A Presidente da Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação convida V. Ex^a a estar presente na Sessão Pública Comemorativa do Dia Mundial do Combate à Desertificação, dia 17 de junho às 11 h no Salão do Marquês do edifício do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território na Praça do Comércio, em Lisboa.

Confirme s.f.f. gic@icnf.pt

- 10h30** Registo de participantes
- 11h00** **Abertura**
Paula Sarmento - *Presidente do Conselho Diretivo do ICNF, I.P.*
- 11h15** **Apresentação da proposta de revisão do Programa Nacional de Ação de Combate à Desertificação**
Lúcio do Rosário - *Ponto focal nacional para a CNUCD*
- 11h45** **Lançamento da exposição virtual "Síndromas e Casos de Sucesso no Combate à Desertificação em Portugal"**
Maria José Roxo - *Membro da CNCCD*
- 12h15** **Atribuição do galardão "Campeões das Zonas Áridas" e entrega de diplomas**
Francisco Gomes da Silva - *Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*
Paula Sarmento - *Presidente da CNCCD*
Irene Paredes - *Vogal do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.*
- 13h00** **Encerramento**
Francisco Gomes da Silva - *Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*



Considerando as orientações do programa “*Dryland Champions*” e por decisão da Comissão de Coordenação Nacional Portuguesa do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, aprovada em 9 de maio de 2013, em reunião na sede do MAMAOT, o Ponto Focal Nacional submeteu em 17 de maio ao secretariado da CNUCD a lista de organizações e indivíduos laureados no país em 2013.

A lista, que contém em cada caso uma breve descrição das atividades relevantes dos laureados e que justificam a distinção que lhe é conferida, é organizada de norte para sul das áreas de intervenção, senso geral.

TRANSUMÂNCIA E NATUREZA – ASSOCIAÇÃO (ATN)

A Faia Brava (Vale do Côa) é a primeira área protegida natural privada em Portugal. Os seus 800 ha detêm uma das mais significativas populações de aves nidificantes rupícolas em Portugal e inclui uma parte relevante da área melhor preservada de sobreiro na região NE. Desde 2000, a ATN centrou-se na restauração ecológica, através da reavaliação dos habitats e do aumento da disponibilidade de alimento para espécies da fauna ameaçadas. Isso inclui medidas de conservação ativa (restauração de vegetação ribeirinha, prevenção de incêndios, promoção de espécies presas, etc.) e permitindo o incremento dos processos naturais (eliminação de lavoura, pastoreio com grandes herbívoros e apoio à regeneração natural da floresta de carvalhos). Um plano específico de gestão, diagnóstico e monitorização de tendência, a pesquisa operacional e científica com acompanhamento e revisão externa constituem parte integrante da estratégia de conservação da natureza da área. A Faia Brava é, assim, um modelo de gestão de recursos sustentável, regional e local, servindo como uma ferramenta de demonstração para as partes interessadas e para a população local, assegurando parcerias com os proprietários, agricultores, serviços da administração local e as escolas que promovem os serviços do ecossistema.



URZE – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DA ENCOSTA DA SERRA DA ESTRELA

Associação de proprietários privados, a URZE lida especialmente com o abandono das áreas de floresta, os incêndios e a degradação dos solos em grandes áreas da montanha da Serra da Estrela, onde dominam a pequena propriedade florestal (> 80% das áreas de intervenção são pequenas propriedades <2 ha).

Pioneira na promoção de Zonas de Intervenção florestal, visando a gestão conjunta das pequenas propriedades, a URZE iniciou tais processos em 2005 e gere atualmente um conjunto de 12 ZIF, tendo em vista a sua promoção da sua gestão sustentável e os serviços do ecossistema nas mesmas, de que resultou o projeto PRADSE (> 20.000 ha), que inclui intervenções de (re)florestação e prevenção florestal, recuperação das atividades pastoris tradicionais e seus produtos derivados, a diversidade paisagística e a promoção de atividades de turismo rural e de natureza em ambiente sustentável.

O trabalho realizado ao longo dos últimos anos para gestão florestal regional e a produção de serviços ambientais com os proprietários e agricultores locais / agricultores tem vindo a ser cada vez mais reconhecido, ao nível regional e nacional, e transferido para os seus 1.141 associados.

www.urze.org



ACHAR – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CHARNECA

A ACHAR foi criada para defender os interesses dos seus membros e representá-los, sempre que necessário, participando na proteção do ambiente e promovendo uma gestão adequada dos recursos naturais da região da Chamusca, esperando-se que venha ali a reforçar e a criar novas formas de gestão dos espaços rurais: introduzir poupanças e ganhos de eficiência; promover e realizar ensaios e experimentação sobre atividades e produtos rurais com valor econômico e potencial; prestação de serviços em que prevaleça o conceito de utilidade, a economia dos recursos naturais e a inovação; agir para consolidar e expandir os mercados florestais e rurais, nacionais e internacionais; oferecer oportunidades para a pesquisa e o lançamento de parcerias em torno de objetivos comuns ou complementares. Neste contexto, a ACHAR participa num relevante conjunto de projetos com universidades e municípios para prevenção e mitigação da degradação das terras por erosão, em grandes áreas afetadas por incêndios florestais nos últimos anos, iniciativas que merecem particular relevo nacional..

www.achar.pt



TERRAPRIMA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, LDA.

Dois projetos estão atualmente a ser promovidos pela Terraprima com financiamento do Fundo Português de Carbono, ambos demonstrando como o pagamento dos serviços de sequestro do carbono pode ser implementado como serviço ambiental, a larga escala e com o envolvimento das comunidades rurais.

Os agricultores são diretamente envolvidos, já que eles são responsáveis por atividades que promovam o sequestro de carbono do solo durante um período de quatro anos. Em um dos projetos essas atividades consistem em semear e manter pastagens biodiversas, i.e. pastagens ricas em leguminosas (projeto SBPPRL), que em seguida promovem o sequestro de carbono durante um período de até 10 anos. O segundo projeto (projeto controle de matos com corta-matos) compreende o pagamento aos agricultores dispostos a mudar de técnicas de manejo de vegetação arbustiva, com a substituição dos habituais cortes com recurso a gradagens.

Ambos os projetos fortemente promovem práticas de gestão sustentável e contribuem para um incremento de grande escala da matéria orgânica do solo, com um efeito positivo na recuperação dos solos e prevenção ou mitigação da seca.



LPN – LIGA PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA

A LPN é uma ONG que trabalha nos últimos 20 anos na região árida do Campo Branco (Castro Verde, sul de Portugal), que é uma das estepes de cereais mais importantes em Portugal e também uma das áreas mais vulneráveis para a desertificação. Aqui, a LPN tem implementado uma abordagem de intervenção de longo prazo, a partir de um conjunto de projetos coerentes focalizados na gestão sustentável da terra, utilizando uma abordagem de baixo para cima e transformando a teoria em prática. O desafio é melhorar a gestão dos recursos naturais e a proteção ambiental, através do trabalho coletivo. Assim, a LPN tem vindo a promover melhores práticas agrícolas e de uso da terra para melhorar a vida, no âmbito geral da conservação da natureza, desenvolvimento sustentável e combate de desertificação. Os projetos realizados aplicam e agem tendo em consideração, ao nível regional, as 3 convenções do Rio: proteção dos solos e suas funções, recuperação de áreas degradadas e sistemas naturais, conservação e promoção da biodiversidade com importantes habitats e populações de flora e fauna protegidas, também a mitigação, adaptação e teste de novas soluções relativas às mudanças climáticas.



www.lpn.pt

ADPM – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

Nomeação para ser laureada por duas áreas de intervenção: Sul de Portugal (Região do Alentejo) para o PANCD e para Cabo Verde (Ilha de Santo Antão) no âmbito da cooperação para o desenvolvimento com os países da CPLP.

A ADPM é uma ONG sem fins lucrativos, criada em 1980 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento harmonioso e a proteção do património da região de Mértola, sustentados na conservação e na promoção dos recursos locais, privilegiando o envolvimento da população local nos processos de melhoria das condições e da qualidade de vida das comunidades.

Durante a última década e numa área de Portugal particularmente sensível e afetada pela desertificação, a ADPM desenvolveu um grande número de programas e projetos, trabalhando diretamente com a população local e as instituições regionais, visando o desenvolvimento e a sustentabilidade em padrões que respondem às 3 convenções de Rio: a proteção de solos e suas funções essenciais; a recuperação de áreas degradadas e sistemas naturais; a conservação e a promoção da biodiversidade; a mitigação, a adaptação e ensaio de novas soluções em matéria de alterações climáticas. Propriedade da ADPM, Monte do Vento é um lugar para a realização e demonstração destas intervenções, bem como da lógica da produção multifuncional com recursos autóctones, como a flora, o mel, e o gado endémico.

Com base na experiência adquirida com o desenvolvimento dos projetos regionais, a ADPM decidiu avançar com iniciativas nos países em desenvolvimento, como Cabo Verde, Marrocos, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Nestes países, os projetos com a sua participação têm sido desenvolvidos visando principalmente a melhoria das condições de vida das populações, contribuindo para reduzir a pobreza e o combate à desertificação. O projeto "Casa do Meio", na ilha de Santo Antão, de Cabo Verde, é neste contexto um exemplo relevante e que faz a diferença a nível local.



ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS DAS CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA

A CUMEDAS resultou da associação dos proprietários de terras florestais do Sotavento com vista a organizar a aplicação dos fundos da UE e combater ativamente a seca e a desertificação em uma região extremamente empobrecida, profundamente afetada pelas mudanças no clima e a degradação dos solos.

Assim, a associação, através de sua equipe técnica, tem-se dedicado ao desenvolvimento e implementação de projetos de florestação, buscando o uso adequado do solo, aplicando as melhores práticas para evitar a erosão da terra, protegendo a terra e água e corrigindo a difusão generalizada de exóticas à custa de espécies nativas.

A CUMEADAS promove também a biodiversidade e o sequestro de carbono em projetos que visam a substituição e o aumento da densidade da floresta de folhosas, em particular de sobreiros, com plantação e proteção de regeneração natural e o contributo para a regeneração do solo e de combate à desertificação.

A associação é membro da Comissão Regional do Algarve de combate à desertificação e foi um importante parceiro na construção e implementação do programa regional “Estratégia das Furnazinhas” e também no processo de monitorização nacional e mediterrânico “*DesertWatch*”.



ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA SERRA DO CALDEIRÃO

A APFSC é uma organização privada, sem fins lucrativos, que concentra a sua atividade no desenvolvimento e na sustentabilidade da gestão florestal e dos recursos associados na Serra do Caldeirão (Algarve).

Assim, tem intervindo nos últimos anos na recuperação de milhares de hectares de floresta queimada ou em declínio grave, devido a práticas danosas cometidas ao longo dos anos, com o uso de práticas inadequadas, ou apenas por causa do abandono rural,

Por isso, a APFSC vem organizando a zona de intervenção florestal (ZIF), a fim de alcançar a sustentabilidade da gestão florestal e promover a recuperação de terra e proteção dos vários recursos naturais envolvidos. A APFSC tem sido, assim, um fator de motivação para os proprietários de terra na recuperação de propriedades, rearborezando com espécies nativas, utilizando procedimentos adequados e as melhores práticas através de intervenções mínimas do solo, proteção de encostas e linhas de água, com a consequente conservação do solo e da água.

O mérito das intervenções da APFSC, criando barreiras ao avanço da desertificação, é reconhecido ao nível regional e merece público relevo e promoção.



SOCIEDADE AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO ALGARVE – QUINTA DO FREIXO

A Quinta do Freixo é uma propriedade e empresa privada localizada no Centro/ norte do Algarve, que integra dois sítios da Rede Natura 2000 – áreas naturais protegidas da rede europeia -, com uma área de 600 ha, incluindo 35% da floresta, 49% de pastagens permanentes e 16% de culturas temporárias e pomares, todos certificados como agricultura biológica.

Após longos períodos de ocupação predominante com cereais, em situações agravadas pela seca e pela mudança do clima os solos da herdade tornaram-se muito pobres e improdutivos. Depois, desde 1994, a atual geração de família proprietária decidiu adotar a implementação de processos sustentáveis e o desenvolvimento da diversificação produtiva.

O uso de raças autóctones, em animais, plantas e arvoredos, as intervenções mínimas sobre os solos, a cobertura permanente de gramíneas no pomar e o uso de trituradores orgânicos, juntamente com o abandono de produtos químicos e a correta gestão da água, produziram resultados muito positivos em termos de conservação do solo e água, aumentando a biodiversidade e o sequestro de carbono, o que está em consonância com o conceito de gestão sustentável em áreas privadas. O que necessita de ser promovido e difundido para outras situações em condições equivalentes.



ASSOCIAÇÃO ALMARGEM

Promovida e gerida pela Almargem, a "Via Algarviana" é uma grande rota (GR13), toda sinalizada em mais de 300 km, que se estende por todo Algarve rural, de Alcoutim ao Cabo de São Vicente.

Os objetivos principais da organização são fomentar e promover o ecoturismo em áreas de baixa densidade do Algarve, relevando os seus valores naturais e culturais, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável e práticas responsáveis.

O projeto Via Algarviana está dividido em 14 setores, todos com instalações para alojamento, comida e bebida, ajudando no desenvolvimento económico das populações locais e participando no atenuar no despovoamento nestes territórios.

Previsto como projeto âncora do ecoturismo na região do Algarve, criando uma rede entre as rotas pedestres e as rotas temáticas existentes na região, aumentando a experiências na natureza ao longo dos trilhos de turismo pedonal e equestre, bicicletas todo o terreno e observação de aves, a Via Algarviana é uma importante promotora para o estabelecimento de parcerias, designadamente com empresas de turismo local.

www.almargem.org



MARIA JOSÉ ROXO

Investigadora em desertificação, erosão do solo e despovoamento e professora de geografia na Universidade Nova de Lisboa, a Prof.^a Maria José Roxo é membro do Grupo de Peritos da Convenção e também da CNCCD.

Desde 1990 a Prof.^a Roxo tem participado em inúmeros projetos de investigação e desenvolvimento da UE, como o Medalus (Desertificação e uso da terra no Mediterrâneo), de que foi a coordenadora da participação portuguesa. Durante as duas primeiras fases do projeto realizou trabalho de campo experimental para a recolha de dados e monitorização da degradação do solo, dando especial atenção às questões da erosão do solo no Centro de Erosão de Vale Formoso / Alentejo. Entre muitos outros projetos, ela também foi a coordenadora geral do projeto LUCINDA - "Cuidar do Solo nas Áreas Afetadas por Desertificação - Da ciência para aplicação".

Tendo um conhecimento profundo dos territórios rurais e da sua população, a Prof.^a Maria José Roxo é uma prestigiada "voz" sobre questões de desertificação ao nível Global e do Mediterrâneo, sendo uma das mais importantes leaders das organizações de ciência e tecnologia que tratam das questões da DLDD. O seu exemplo merece o público reconhecimento ao nível nacional e da CNUCD.

<http://www.unccd.int/en/regional-access/Pages/contactdetail.aspx?ctx=exp&place=174&expertID=1394>

<http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/>



EUGÉNIO MANUEL BILSTEIN DE MENEZES SEQUEIRA

Investigador e professor em ciências do solo há mais de meio século e trabalhando com a Convenção de Desertificação desde o início da sua preparação, o Prof. Eugénio Sequeira é membro da Lista de Peritos da UNCCD e da CNCCD. Líder de uma das maiores e mais antiga ONG portuguesa (LPN) e, neste contexto, promovendo e coordenando iniciativas e projetos nacionais e regionais de DLDD, muitos de âmbito Europeu e/ou Mediterrâneo, o Prof. Sequeira é também uma das mais prestigiadas "vozes" do movimento ambientalista e da sociedade civil em Portugal. Tendo dedicado toda a sua vida ao conhecimento e à proteção dos solos e à luta contra a desertificação, a história de vida do Prof. Eugénio Sequeira e o seu exemplo merecem o reconhecimento público em Portugal e a nível global da UNCCD..

<http://www.unccd.int/en/regional-access/Pages/contactdetail.aspx?ctx=exp&place=174&expertID=1392>

www.lpn.pt/

